



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO PGM TERESINA

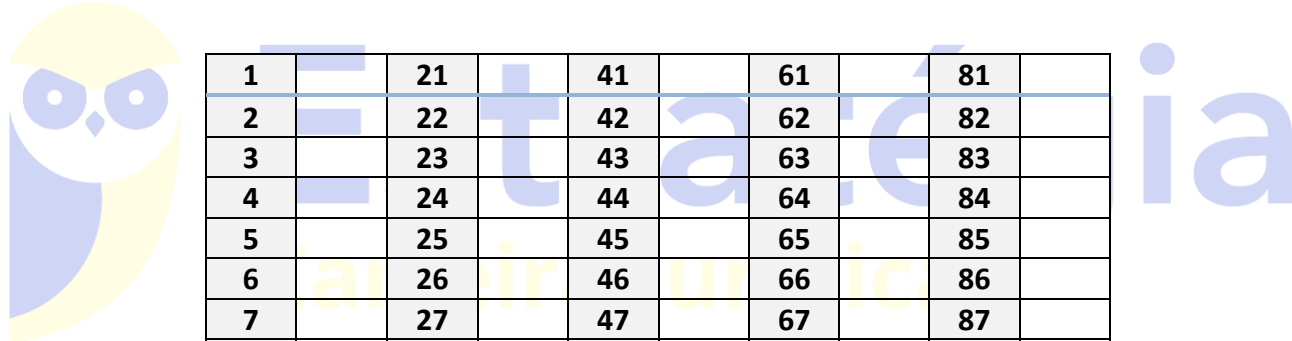


INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM - TERESINA;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, o nosso professor iniciará a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Teresina-18-01>



1	21	41	61	81
2	22	42	62	82
3	23	43	63	83
4	24	44	64	84
5	25	45	65	85
6	26	46	66	86
7	27	47	67	87
8	28	48	68	88
9	29	49	69	89
10	30	50	70	90
11	31	51	71	91
12	32	52	72	92
13	33	53	73	93
14	34	54	74	94
15	35	55	75	95
16	36	56	76	96
17	37	57	77	97
18	38	58	78	98
19	39	59	79	99
20	40	60	80	100

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A arguição de descumprimento de preceito fundamental

a) não admite, diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, a participação de órgão e entidades na qualidade de *amici curiae*.

b) conta, assim como funciona na ação declaratória de constitucionalidade, com a participação obrigatória do Advogado-Geral da União como curador da presunção de constitucionalidade da lei.

c) diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, pode ser utilizada para arguir a incompatibilidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;

d) embora seja irrecurável, a decisão que julga procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória.

e) tal qual ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade, tem como requisito a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação e tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.

02. Sobre o direito de associação

a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.

b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.

c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do *mandamus* em benefício daqueles.

e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do desfo, depende da comprovação de estar cooperado.

03. Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.

b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade no exercício do direito de greve praticado por servidores públicos celetistas.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

e) Compete à Justiça Federal processar e julgar o litígio entre a União e o Estado da Paraíba, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

04. O Tribunal de Justiça do Piauí julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Teresina por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição do Estado

a) o Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.

b) da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.

c) da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.

d) a decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.

e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

05. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do

06. A respeito do processo legislativo

a) Compete ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar à publicação leis e emendas à Constituição Federal.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. Entretanto, a lei complementar tem reserva constitucional de assunto e quórum mais alto de aprovação que a lei ordinária, de maneira que não cabe à constituição estadual atribuir à lei complementar assunto que a Lei Maior não fez a reserva.

c) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. O prazo é contado da data de publicação da medida provisória e não sofre suspensão e nem interrupção.

d) No processo legislativo das leis, a discussão dos projetos tem início sempre na Câmara dos Deputados.

e) O Presidente da República, desde que tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, pode elaborar leis delegadas.

07. Acerca do Poder Judiciário, indique a alternativa incorreta:

a) Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos de sete juízes, dois deles são escolhidos dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre juízes de direito; um juiz do Tribunal Regional Federal ou, não havendo sede de TRF no Estado, juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; dois juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

b) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

c) Deve o juiz residir na Comarca em que atua, salvo por autorização do tribunal. Na mesma linha, sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

d) Um quinto das vagas dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios deve ser reservado a advogados e membros do Ministério Público.

e) A vitaliciedade é uma das garantias constitucionais da magistratura. No primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício e, nos tribunais, na data da posse.

08. A respeito do regime constitucional de precatórios

a) O pagamento de precatórios deve ser feito exclusivamente em ordem cronológica de apresentação, não sendo permitida a fixação de outras preferências de pagamento.

b) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados após a incidência de juros de mora.

c) Para que se adeque ao valor considerado pequeno, definido por lei, não sujeito ao regime de precatórios, é permitido o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

d) Mediante anuência da Fazenda Pública devedora, o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros.

e) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Municipais em virtude de sentença judiciária, ressalvados os casos de pequeno valor definidos por lei, devem ser feitos por meio de precatórios. Cada Município, por lei própria, definirá, conforme sua capacidade econômica, o que é o pequeno valor, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

09. A respeito do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

a) A eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, bem como para Governador e Vice-Governador, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores. Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.

b) Os subsídios dos chefes do Executivo Federal, Estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do ente federativo, mediante decreto legislativo.

c) Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

d) Presidente da República, Governadores e Prefeitos têm mandato de quatro anos, vedada a reeleição para terceiro mandato consecutivo. No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

10. O Município Beta possui 350 mil habitantes. Considerando o disposto na Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município fixará a quantidade de vereadores, observado o limite

a) mínimo de 11 vereadores.

b) máximo de 15 vereadores.

c) de 17 vereadores.

d) mínimo de 21 vereadores

e) máximo de 23 vereadores.

11. União, Estados, Distrito Federal e Municípios são todos autônomos, não havendo entre eles hierarquia e nem subordinação. Assim, é vedada a intervenção de um ente na autonomia de outro, ressalvados os casos enumerados na Constituição Federal. É caso tanto de intervenção federal quanto de intervenção estadual, exceto o que se afirma em

a) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

b) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

c) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

d) prover a execução de ordem ou de decisão judicial.

e) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.

12. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da advocacia –geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do

Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13. Sobre fontes, origens e princípios do Direito Administrativo, aprecie as afirmações a seguir:

I) O Direito Administrativo no Brasil é codificado e possui como fonte primária a lei. Como fontes secundárias, aparecem jurisprudência, doutrina e costumes.

II) O objeto de estudo do Direito Administrativo, por ser um ramo do direito público, se restringe às relações jurídicas de direito público.

III) Segundo Hely Lopes Meirelles, as pedras de toque do regime jurídico administrativo são a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a indisponibilidade do interesse público.

IV) Em face do princípio da legalidade, a Administração Pública não pode realizar interpretação contra legem.

Estão corretas as seguintes:

- a) I e III;
- b) II e IV;
- c) III e IV;
- d) I e II;
- e) Apenas a IV.

14. As modalidades licitatórias são os procedimentos previstos em lei para a realização dos certames. Assinale a alternativa que corretamente aborda o assunto:

a) O intervalo mínimo para a modalidade de concorrência, entendido como sendo o prazo entre a publicação do aviso de licitação e a realização da sessão pública, será sempre de 30 dias.

b) Segundo a Lei Federal nº 12.232/2010, as contratações de serviços de publicidade por intermédio de agências de propaganda somente podem ocorrer por meio de concorrência e tomada de preços, sendo vedadas outras modalidades.

c) O concurso é a modalidade que propicia a escolha de um trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, podendo ser aplicado também para escolha de prestadores de serviços técnicos profissionais especializados.

d) Imóveis pertencentes ao Poder Público sempre poderão ser alienados por concorrência ou leilão.

e) É vedada a criação de outras modalidades de licitação, ainda que por meio de lei.

15. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), assinale a alternativa incorreta:

a) A partir da entrada em vigência da Lei Federal nº 13.964/2019, conhecida como “pacote anticrime”, será possível a celebração de acordo no âmbito das ações de improbidade.

b) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público, se enriquecer ilicitamente ou afrontar princípios da administração pública está sujeito às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança.

c) A decretação do sequestro de bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público poderá ser determinada apenas pelo Poder Judiciário.

d) Revelar fato ou circunstância de que tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo é um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

e) Diferentemente do que ocorre em outras ações cíveis, cabe recurso à decisão judicial que recebe a petição inicial na modalidade agravo de instrumento.

16. Sobre organização da Administração Pública, julgue as afirmações abaixo:

I) O contrato de desempenho pode ser celebrado entre órgãos públicos, tendo de um lado um órgão supervisor e de outro lado um órgão a ser supervisionado. Esse instrumento deve conter metas de desempenho e indicadores de qualidade.

II) Não é possível a terceirização de atividades no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista.

III) A criação de uma autarquia prescinde de lei, sendo relevante o registro dos atos constitutivos em serviço notarial competente.

IV) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária prevista em lei, ao passo que as sociedades de economia mista devem obrigatoriamente ser estruturadas como sociedades anônimas.

Estão corretas as seguintes:

- a) I, II e III;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) I e III;
- e) III e IV.

17. Acerca da modalidade licitatória do pregão, assinale a alternativa correta:

a) A autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, sendo que esta última deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração

b) Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, com exceção das contratações de serviços de engenharia de baixa complexidade, para as quais o pregão deverá observar, obrigatoriamente, o critério “melhor técnica e preço”.

c) Não é possível a realização de pregão sob a sistemática do Registro de Preços, por ausência de previsão legal.

d) No caso do pregão eletrônico não é possível a utilização dos modos de disputa aberto ou aberto e fechado, tendo em vista que se trata de um método previsto apenas na lei que regulamenta o RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

e) Em hipótese alguma o objeto do pregão pode abranger serviços comuns de engenharia.

18. Sobre contratos administrativos são feitas as seguintes afirmações:

I) Os contratos de fornecimento de bens e de prestação de serviços continuados poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada a vantagem para a Administração, até o limite de 60 meses.

II) O prazo de 60 meses de prorrogação da vigência aplica-se aos contratos cujo objeto seja aluguel de equipamentos.

III) A prerrogativa da Administração Pública de acrescer o contrato em até 25% não se confunde com a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, este garantido ao contratado ao longo da execução do objeto.

IV) O simples inadimplemento de encargos trabalhistas não transfere automaticamente à Administração a responsabilidade por sua quitação.

a) I, II e III;

b) II e III;

c) III e IV;

d) I e IV;

e) I, III e IV.

19. Nos termos da Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A desistência do interessado obsta o prosseguimento do processo, devendo a Administração declarar sua extinção no prazo de cinco dias contados da data da desistência.
- b) A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- c) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, bem como o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que não poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.
- d) O recurso não será conhecido quando interposto após exaurida a esfera administrativa.
- e) Um órgão administrativo não poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos que não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

20. Acerca dos atributos dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) a tipicidade é um atributo que está presente somente nos atos administrativos unilaterais.
- b) a autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo que confere à Administração o poder de executar um ato, dependendo apenas de prévia autorização judicial.
- c) a presunção de legitimidade dos atos administrativos é iuris et de iure, ou seja, presunção absoluta.
- d) a exigibilidade se trata de meios de coerção direta, ao passo que a executoriedade somente ocorre por meios indiretos.
- e) a Administração Pública tem a prerrogativa de impor obrigações aos particulares, unilateralmente, porém isso depende da prévia aquiescência dos destinatários do ato.

21. Sobre os consórcios públicos, considere os itens conforme segue:

- I. Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- II. Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público.
- III. O consórcio público adquire personalidade jurídica de direito público quando constituir associação pública, e integrará a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados

De acordo com a legislação vigente no que tange aos Consórcios Públicos, quais estão corretos:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) I e III

22. Acerca da Lei Federal nº 9.637/98, assinale a alternativa que corretamente exponha sobre a desqualificação de uma entidade como organização social:

- a) poderá ser feita pelo Poder Executivo quando constatado o descumprimento das disposições no contrato de gestão.
- b) será precedida de processo judicial, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social.
- c) o Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no termo de parceria.
- d) importa reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, com prejuízo de outras sanções cabíveis.
- e) os dirigentes da organização social respondem, subsidiariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de ação ou omissão.

23. O controle da Administração Pública é um dos mecanismos de freios e contrapesos existentes em nossa Constituição, em que um Poder ou instituição autônoma e independente pode controlar diretamente ou pode provocar o controle a ser exercido sobre outro órgão o Poder. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

a) Somente o Ministério Público é legitimado a ajuizar ações civis públicas, tendo em vista que o *parquet* é o fiscal da ordem jurídica.

b) Ao Tribunal de Contas da União não é possível a aplicação de sanções, pois trata-se de um assunto sobre o qual há reserva de jurisdição.

c) O controle externo dos Municípios é titularizado e realizado pelos tribunais de contas estaduais, à exceção daqueles municípios que possuam tribunais de contas municipais.

d) No exercício do controle político, é possível ao Congresso Nacional convocar o Presidente da República para prestar, pessoalmente, informações sobre um assunto determinado.

e) O Ministério Público, regido pelos princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional, é o titular do controle externo da atividade policial.

24. A parceria público-privada é uma das formas de concessão de serviço público prevista em lei. Sobre a PPP, assinale a única alternativa correta:

a) Dentre as formas previstas de contraprestação da Administração Pública ao parceiro privado está a possibilidade de cessão de créditos tributários.

b) A implantação e gestão do objeto da parceria deve ser feita por meio de sociedade de propósito específico, constituída antes da celebração do contrato.

c) O contrato de PPP deve ser precedido de licitação, a qual poderá ser na modalidade de concorrência ou tomada de preços.

d) A lei das PPPs prevê que, excepcionalmente, há possibilidade de delegação do exercício de poder de polícia ao parceiro privado.

e) Concessão administrativa envolve, além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação

pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25. Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

a) Os mais de 5.500 municípios brasileiros devem instituir, por meio de lei ordinária, o imposto sobre serviços de qualquer natureza em seus respectivos municípios, disciplinando, especialmente, sobre as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes.

b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.

c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.

d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

26. A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue as assertivas abaixo:

I – Como regra, a lei ordinária é o veículo normativo hábil para instituir e para aumentar as exações tributárias. Contudo, há quatro tributos federais que avocam, necessariamente, o processo elaborativo pela maioria absoluta dos representantes do Poder Legislativo Federal.

II – O Princípio da anualidade, albergado no texto da Constituição da República aprovada em 1988, disciplina que a cobrança de um tributo não pode ser feita no mesmo exercício financeiro em que fora publicada a norma impositiva tributária

III – Há apenas uma espécie tributária que se comporta como exceção ao princípio da irretroatividade tributária.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) As alternativas I e III estão corretas.
- d) As alternativas II e III estão corretas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

27. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No ordenamento jurídico brasileiro, quando uma lei que trata de matéria tributária é revogada, não há a ocorrência do fenômeno conhecido como repristinação ou restauração automática, a não ser que a lei revogadora assim disponha.
- b) É plenamente possível que uma norma tributária tenha vigência fora dos limites de um determinado município, desde que haja um convênio firmado com outro ente da federação.
- c) A legislação tributária aplica-se imediatamente apenas aos fatos geradores futuros, sendo vedada sua aplicação aos fatos geradores pendentes.
- d) De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei interpretativa pode retroagir para se aplicar a ato ou fato pretérito, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

e) Em regra, a lei tributária modificativa não é retroativa, detendo, portanto, vigência prospectiva.

28. Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário, julgue as afirmativas abaixo:

I – O Código Tributário Nacional não condiciona à reserva legal a disciplina das hipóteses de exclusão do crédito tributário, de modo que é plenamente viável a instituição de uma anistia por meio de um decreto.

II – O método de interpretação literal deve ser observado quando analisamos a legislação tributária que dispõe sobre exclusão do crédito tributário. Assim, não se pode utilizar a analogia para obter a extensão dos efeitos de uma lei isentiva.

III – Uma lei isentiva atinge, apenas, a obrigação tributária principal, enquanto as obrigações tributárias acessórias permanecem incólumes

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) As alternativas I e II estão corretas.
- d) As alternativas I e III estão corretas.
- e) As alternativas II e III estão corretas.

29. Julgue os itens a seguir, de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores:

- I) Não constitui fato gerador do ICMS o simples descolamento da mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
- II) Em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não serem serviços específicos e divisíveis, a exação, instituída por meio de taxa, viola o disposto no art. 145, inciso II, da Constituição Federal.
- III) É legal a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o lucro obtido pelas empresas exportadoras.
- IV) Em execução fiscal, a prescrição antes da propositura da ação não pode ser decretada de ofício.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

- a) Apenas a afirmativa do item IV está incorreta.
- b) Apenas a afirmativa do item II está incorreta.
- c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
- d) Estão incorretas as afirmativas dos itens II e III
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

30. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.
- e) Assertiva errada. Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão positiva de tributos com efeitos de negativa.

31. Julgue os itens a seguir:

I – A modalidade de lançamento conhecida por “lançamento por homologação” ocorre quando o crédito é constituído, pelo fisco, com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

II – O lançamento de ofício se caracteriza pela circunstância de ser realizado pela administração pública sem qualquer

colaboração ou participação do particular. Tem cabimento nos casos em que a lei assim o determine e nas hipóteses em que forem verificadas irregularidades que justifiquem a atuação de ofício da administração fazendária

III – É vedada a revisão do lançamento para corrigir erro de direito.

- a) Apenas a assertiva “I” está correta.
- b) Apenas a assertiva “I” está incorreta.
- c) Apenas a assertiva “II” está correta.
- d) Apenas a assertiva “III” está correta
- e) As assertivas “I” e “III” estão incorretas.

32. A respeito do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, julgue os itens a seguir:

I - Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

II – Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

III – O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

- a) Apenas a assertiva “I” está correta.
- b) Apenas a assertiva “II” está correta.
- c) Apenas a assertiva “III” está correta.
- d) As assertiva “I” e “III” estão corretas
- e) As assertivas “II” e “III” estão corretas.

33. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O município não pode cobrar o IPTU do proprietário do imóvel se existir cláusula contratual que transfira a responsabilidade pelo pagamento ao locatário, desde que o contrato tenha sido averbado na matrícula do imóvel.
- b) A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.
- c) A lei pode atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- d) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- e) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

34. Sobre as contribuições de melhoria, julgue os itens a seguir:

- I) A competência tributária para instituir contribuições de melhoria é exclusiva da União.
 - II) A realização da obra é suficiente para ocorrência do fato gerador, sendo desnecessária a comprovação da valorização imobiliária.
 - III) O valor da contribuição de melhoria deve observar, como limite total, a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- a) Apenas a afirmativa do item I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa do item III está correta.
 - c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
 - d) As afirmativas dos itens II e III estão corretas.
 - e) Nenhuma alternativa está correta.

35. Julgue os itens a seguir:

- I) As garantias do crédito tributário estão exemplificativamente previstas no CTN.
 - II) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
 - III) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
 - d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
 - e) As afirmativas II e III estão corretas.

36. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É inconstitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
MUNICIPAL**

37. Ricardo, proprietário de um bem imóvel sujeito à incidência do IPTU, instituiu usufruto desse bem em favor de sua mãe, Maria. De acordo com o disposto no Código Tributário do Município de Teresina, a responsabilidade pelo recolhimento do IPTU é:

- a) Exclusiva de Ricardo, que é o proprietário do imóvel.
- b) Subsidiária de Ricardo, já que Maria é a usufrutuária, contribuinte principal do imposto por ter a titularidade do domínio útil sobre o imóvel.
- c) Solidária entre Ricardo e Maria.
- d) Exclusiva de Maria, pois é usufrutuária, contribuinte principal do imposto por ter a titularidade do domínio útil sobre o imóvel.
- e) Subsidiária de Maria, já que Ricardo é o proprietário, contribuinte principal do imposto.

38. João e Maria, que são casados sob o regime de comunhão universal de bens, decidiram se divorciar. O patrimônio comum do casal totaliza R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e é constituído de 2 (dois) imóveis, sendo 1 (um) apartamento no Município de Teresina, no Estado do Piauí, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e 1 (uma) casa no Município de Salvador, no Estado da Bahia, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Por ocasião da Lavratura da Escritura Pública de Divórcio Extrajudicial, realizada junto a Tabelião localizado no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, eles dividiram o patrimônio comum do casal, de forma consensual, da seguinte maneira: a propriedade do apartamento foi atribuída à Maria e a propriedade da casa foi atribuída à João. Em razão do negócio, Maria pagou a João R\$ 50.000,00, a título de torna. Considerando somente os dados apresentados no enunciado, é correto afirmar que:

- a) Incidirá o ITBI devido ao Município de Salvador.

- b) Incidirá o ITCMD devido ao Estado da Bahia.
- c) Incidirá o ITBI devido ao Município de Teresina.
- d) Incidirá o ITCMD devido ao Estado do Ceará.
- e) Não incidirá qualquer imposto, pois partilha de patrimônio comum não é fato gerador de tributo.

39. A empresa ABC Ltda. presta, exclusivamente, serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, fornecendo as partes e peças empregadas na prestação do serviço. Tem sua sede no Município de José de Freitas, no Estado do Piauí, onde mantém seu estabelecimento. Por força de contrato firmado com a empresa XPTO Ltda., localizada no Município de Teresina, no mesmo Estado, mantém um funcionário, ferramentas de trabalho e uma linha telefônica numa pequena sala, dentro das dependências da empresa tomadora dos seus serviços. Considerando as informações apresentadas e o quanto disposto no Código Tributário do Município de Teresina/PI, é correto afirmar que sobre o serviço prestado no âmbito do território do Município de Teresina:

- a) Incide o ISS de competência do Município de Teresina.
- b) Incide o ISS de competência do Município de José de Freitas, local do estabelecimento do prestador.
- c) Incide somente o ICMS devido ao Estado do Piauí.
- d) Há isenção específica quanto ao ISS.
- e) Os Municípios de Teresina e de José de Freitas têm direito, cada um, a cinquenta por cento (50%) do ISS devido pela prestadora de serviço.

40. Se o Poder Executivo do Município de Teresina enviar Minuta de Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, a cada quatro anos, propondo atualizações na Planta de Valores Genéricos – PVG do IPTU, será correto afirmar que ele:

- a) Estará executando um ato meramente discricionário.
- b) Estará descumprindo as disposições legais em vigor no Município, que exigem que a atualização da PVG seja feita no máximo a cada três (3) anos.
- c) Estará descumprindo as disposições legais em vigor no Município, que exigem que a atualização da PVG seja feita no máximo a cada dois (2) anos.
- d) Estará cumprindo as disposições legais em vigor no Município.
- e) Não tem competência legal para propor a atualização da PVG.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- b) A exigência de atuação conforme a boa-fé é destinada apenas às partes do processo.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.
- e) Para fins de julgamento do agravo interno e do agravo de instrumento não é necessário observar a ordem cronológica de conclusão prevista no artigo 12 do Código de Processo Civil.

42. A respeito de jurisdição e da ação, assinale a opção correta.

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais nacionais e internacionais.
- b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração de autenticidade ou falsidade de documento.
- c) Para postular em juízo, é necessário haver interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- d) É permitida a postulação de direito alheio em nome próprio, desde que autorizada pela lei.
- e) A cooperação jurídica internacional somente é possível sob a vigência de tratado assinado pelo Brasil.

43. A respeito da cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A cooperação jurídica internacional pode ter por objeto a colheita de provas e obtenção de informações.
- b) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
- c) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Contudo, não se exigirá reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.
- d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- e) Considera-se autêntico o documento que instruir pedido de cooperação jurídica internacional, inclusive tradução para a língua portuguesa, quando encaminhado ao Estado brasileiro por meio de autoridade central ou por via diplomática, dispensando-se ajuramentação, autenticação ou qualquer procedimento de legalização.

44. A respeito dos prazos, assinale a alternativa correta:

a) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 3 (três) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

b) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses, não sendo possível, em nenhuma hipótese, a prorrogação desse prazo ser excedida, sob pena de ofensa ao princípio da duração razoável do processo.

c) Concedida a tutela antecipada em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;

d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

e) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 5 (cinco) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

45. Assinale a alternativa correta no que concerne aos procedimentos especiais.

a) No litígio coletivo pela posse de imóvel, os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de Estado ou do Distrito Federal e de Município onde se situe a área objeto do litígio deverão ser intimados para a audiência, a fim de se manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório.

b) No procedimento de inventário, apresentado o cálculo judicial, a Fazenda Pública se manifestará a respeito de eventual impugnação ao cálculo e, em seguida, serão ouvidas as partes,

no prazo comum de 05 (cinco) dias, que correrá em cartório.

c) Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta

d) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, a qualquer tempo, oferecer oposição contra ambos.

e) Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 03 (três) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

46. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.

b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.

c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.

d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

47. Sobre a ação rescisória, é correto afirmar, exceto:

- a) Se a ação for fundada na obtenção de prova nova, o termo inicial do prazo para seu ajuizamento será o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- b) O terceiro juridicamente interessado, bem como aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, possui legitimidade para ajuizar a ação rescisória.
- c) O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- d) É cabível ação rescisória em face de decisão sem resolução de mérito.
- e) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

48. Sobre a resposta do réu, assinale a alternativa correta:

- a) É possível que na reconvenção haja apenas identidade parcial de partes com a ação principal.
- b) De acordo com o Código de Processo Civil, o ônus da impugnação específica não se aplica à Fazenda Pública.
- c) Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando forem relativas a direito ou fato superveniente e quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.
- d) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem na contestação não implica em renúncia ao juízo arbitral.
- e) No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo o desinteresse na realização da audiência por todos os litisconsortes, o termo inicial para apresentação da contestação será, para todos os réus, a data de apresentação do último pedido de cancelamento da audiência.

49. No que diz respeito à preclusão, leia as afirmativas a seguir:

- I. A preclusão consiste na perda de uma situação jurídica ativa processual, de modo a se evitar o retrocesso e a insegurança jurídica no curso do processo. No entanto, esse instituto só é aplicável às partes da demanda, não incidindo sobre o juiz.
- II. A preclusão lógica consiste na perda de uma faculdade ou poder processual em razão da prática de ato incompatível com o exercício desse poder.
- III. A preclusão sanção consiste na perda do poder processual em razão do seu não exercício no momento oportuno.
- IV. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) As afirmativas II e IV são verdadeiras.
- d) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

50. De acordo com o artigo 932, parágrafo único do CPC, antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível. Trata-se da concretização do princípio:

- a) da inércia da jurisdição.
- b) da primazia da decisão de mérito.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) do devido processo legal.
- e) da motivação

51. Assinale a alternativa correta, levando-se em consideração o entendimento dos Tribunais Superiores:

a) Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que defira ou indefira a expedição de ofício para que um terceiro apresente determinado documento, mesmo sem a instauração de incidente processual ou de ação incidental.

b) Contra o acórdão que admite ou inadmite o IRDR é cabível agravo interno.

c) Na apelação, a técnica da ampliação do colegiado não se aplica quando não houver unanimidade no juízo de admissibilidade recursal, devendo ser aplicada apenas no que tange ao julgamento do mérito do recurso.

d) O juízo de admissibilidade do recurso ordinário em mandado de segurança deve ser feito pelo TJ ou TRF recorrido.

e) A falta de recolhimento do preparo é vício formal que pode ser suprido pelo julgamento do recurso.

52. Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

c) Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios.

d) Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

e) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

DIREITO MUNICIPAL

53. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. A esse respeito, é correto afirmar:

a) Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de igual período após o decurso do prazo inicial de vigência.

b) O direito de preempção não poderá ser exercido para criação de unidades de conservação.

c) O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de cinco anos, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

d) O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de dez dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo, e, transcorrido esse prazo sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

e) A alienação à terceiro processada em condições diversas da proposta apresentada ao Município é nula de pleno direito, caso em que Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, salvo se este for inferior àquele.

54. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

a) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

b) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e no imediatamente seguinte, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

c) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução indiscriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

d) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, exceto da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

e) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.

55. Com relação à organização Municipal, é correto afirmar:

a) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá representar ao Ministério Público para este questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

b) A fiscalização do Município será exercida pelo Tribunal de Contas competente, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle

interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

c) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, após sanção do Prefeito Municipal, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.

d) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

e) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

56. Com relação à competência municipal em matéria de direito ambiental, é correto afirmar:

a) A proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, bem como o controle da poluição são matérias de competência comum, atribuídas constitucionalmente à todos os entes federativos.

b) A defesa do solo e dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente são matérias de competência comum, atribuídas constitucionalmente à todos os entes federativos.

c) Preservar as florestas, a fauna e a flora é matéria de competência concorrente, reservada à União, Estado e Distrito Federal.

d) Combater a poluição em qualquer de suas formas é matéria de competência concorrente, reservada à União, Estado e Distrito Federal.

e) Proteger as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos é matéria de competência comum, atribuída constitucionalmente à todos os entes federativos.

**DIREITO CIVIL E LEGISLAÇÃO CIVIL
ESPECIAL**

57. Com relação às decisões nas esferas administrativa, controladora ou judicial, é correto afirmar:

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é possível decidir com base em valores jurídicos abstratos, desde que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

b) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, ainda que indiretamente, suas consequências jurídicas e administrativas.

c) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

d) A motivação demonstrará exclusivamente a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

e) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão desconsideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

58. Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados:

a) as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.

b) as condições incompreensíveis ou contraditórias.

c) as condições resolutivas, enquanto esta não se realizar.

d) as condições inexistentes.

e) as condições de não fazer coisa impossível.

59. A respeito da prova, no Direito Civil, é correto afirmar:

a) É dotada de eficácia a confissão, ainda se provenha de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.

b) A confissão é revogável, e pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

c) Os traslados e as certidões considerar-se-ão instrumentos particulares, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato.

d) O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

e) Não tendo relação direta, porém, com as disposições principais ou com a legitimidade das partes, as declarações enunciativas eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.

60. Com relação ao mandato, é correto afirmar:

- a) O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, ainda que o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- b) O mandato deve ser expresso, verbal ou escrito.
- c) Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.
- d) A aceitação do mandato deve ser expressa, e inicia com o começo de execução.
- e) Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente em nome do mandante, será este o único responsável; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, salvo se o negócio seja de conta do mandante.

61. Acerca da responsabilidade civil, é correto afirmar:

- a) Se a vítima tiver concorrido dolosamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- b) Se a obrigação for determinada, e houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar.
- c) No caso de homicídio, a indenização consiste exclusivamente no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família.
- d) A indenização por injúria, difamação ou calúnia não será admitida na esfera civil, sendo-lhe aplicável as penalidades em âmbito penal.
- e) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, além da restituição da coisa, a indenização consistirá em pagar o valor das suas deteriorações e o devido a título de lucros cessantes; faltando a coisa, dever-se-á reembolsar o seu equivalente ao prejudicado.

62. Com relação ao direito de superfície, é correto afirmar:

- a) O direito de superfície autoriza obra no subsolo, por ser inerente ao objeto da concessão.
- b) A concessão da superfície será onerosa; e estipularão as partes se o pagamento será feito de uma só vez, ou parceladamente.
- c) O direito de superfície é intransferível a terceiros.
- d) Extinta a concessão, o proprietário passará a ter a propriedade plena sobre o terreno, construção ou plantação, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário.
- e) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo indeterminado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

63. Com relação à hipoteca, é correto afirmar:

- a) O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor do mesmo credor.
- b) A hipoteca é direito real de garantia reservado exclusivamente aos bens imóveis.
- c) A hipoteca não abrange as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.
- d) É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- e) A lei confere hipoteca às pessoas de direito público interno sobre os imóveis pertencentes aos encarregados da cobrança, guarda ou administração dos respectivos fundos e rendas.

64. Com relação à sucessão legítima, é correto afirmar:

- a) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- b) Independentemente do direito de representação, os descendentes de grau mais próximo excluem os mais remotos.
- c) Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um quarto da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.
- d) Ao cônjuge sobrevivente, desde que não fossem casados no regime de separação absoluta de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.
- e) Em concorrência com os descendentes caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.

DIREITO DO CONSUMIDOR

65. Cláudia sofreu um acidente quando dirigia seu automóvel, tendo que se submeter a uma cirurgia no braço e no abdômen. A cirurgia foi realizada em hospital particular, pelo médico Airton. Durante a cirurgia, houve complicações e Cláudia teve um braço amputado por Airton, para quem o procedimento era necessário à salvação da vida da paciente. A mulher ajuizou, então, ação de indenização contra o médico, que se defendeu afirmando ter agido com diligência, prudência e perícia, o que foi comprovado por meio de prova pericial. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a ação de Cláudia deverá ser julgada:

a) procedente, uma vez que a responsabilidade de Airton pelo vício do serviço será objetiva.

b) procedente, uma vez que a responsabilidade de Airton pelo fato do serviço será objetiva.

c) improcedente, uma vez que a responsabilidade de Airton pelo vício do serviço será subjetiva.

d) improcedente, uma vez que a responsabilidade de Airton pelo fato do serviço será subjetiva.

e) procedente, em razão da debilidade permanente provocada em Cláudia.

66. Assinale a alternativa que contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

b) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatificação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

c) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.

d) A recusa de cobertura securitária, sob alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

e) O Ministério Público possui legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

67. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

- a) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.
- b) estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.
- c) enviar ou entregar ao consumidor, com solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- d) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ainda que decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
- e) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como mínimo.

68. Com relação às ações coletivas para a defesa de Interesses Individuais Homogêneos, é correto afirmar:

- a) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito regional.
- b) Em caso de procedência do pedido, a condenação será certa e líquida, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- c) A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.
- d) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação em ação civil pública e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, aquelas terão preferência no pagamento.
- e) Decorrido o prazo de noventa dias sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados para as ações coletivas promover a liquidação e execução da indenização devida.

DIREITO DO TRABALHO

69. Assinale a alternativa INCORRETA em relação à terceirização trabalhista:

- a) Considera-se lícita qualquer forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, uma vez mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
- b) São requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços: I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica II - registro na Junta Comercial; III - capital social de no mínimo R\$ 100.000,00.
- c) Na terceirização, diferentemente do que se verifica no trabalho temporário, a empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, permitindo-se ainda a subcontratação de outras empresas.
- d) Os entes integrantes da Administração Pública respondem pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas desde que evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
- e) Embora o tomador de serviços goze de liberdade para a admissão de trabalhadores, a legislação estabelece limitações, a exemplo daquelas que buscam mitigar os riscos de as empresas dispensarem seus empregados próprios para terceirizarem, com os mesmos trabalhadores, as atividades por eles exercidas.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

70. No que diz respeito ao regramento celetista das férias individuais, julgue os itens a seguir:

- a) As férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- b) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- c) Se o empregado falta ao trabalho durante o período aquisitivo, o empregador poderá descontar, do período de férias, as respectivas faltas.
- d) Durante o período de férias, o empregado fará jus à sua remuneração normal.
- e) As férias serão concedidas nos trinta dias subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

71. Tomando por base o regramento celetista quanto à remuneração devida ao empregado, assinale a alternativa que prevê apenas importâncias e utilidades revestidas de natureza salarial:

- a) importância fixa estipulada, comissões pagas pelo empregador e gratificações legais.
- b) seguros de vida e de acidentes pessoais custeados pelo empregador.
- c) reembolso de despesas com medicamentos, óculos e próteses.
- d) ajuda de custo paga habitualmente.
- e) gorjetas.

72. Em relação ao aviso prévio, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados que contêm até 1 ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
- b) Em razão da instrumentalidade das formas, é viável a substituição do período que se reduz da

jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

- c) Na rescisão indireta do contrato de trabalho é devido o aviso prévio.
- d) Se a parte notificante reconsiderar o aviso prévio, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.
- e) A ocorrência de justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, em regra, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

73. No que se refere à extinção contratual, julgue os itens que se seguem:

- a) Havendo extinção contratual mediante acordo, será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito ao equivalente de 100% das férias proporcionais.
- c) O Brasil adotou o sistema taxativo acerca da justa causa, exigindo-se, para tal dispensa, que o obreiro tenha praticado conduta previamente tipificada em lei.
- d) A perda dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado, é suficiente para ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- e) A exigência de serviços superiores às forças do empregado ou defesos por lei é circunstância apta a ensejar a dispensa motivada do obreiro.

74. Considere as hipóteses abaixo:

I. Foi deflagrada greve pela categoria de trabalho de Marcondes, período em que não houve pagamento de salários, segundo autorização judicial.

II. Rosenval tornou-se diretor da empresa na qual, até então, vinha prestando serviços como empregado.

III. Andréia encontra-se usufruindo seu intervalo para repouso e alimentação, não computado na jornada de trabalho.

IV. Laura compareceu em juízo em decorrência de convocação judicial para atuar como jurada.

Tratam-se de hipóteses de suspensão do contrato de trabalho as indicadas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

75. Em relação à proteção do trabalho da mulher, assina a alternativa correta:

- a) A garantia de emprego à gestante restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade, caso a reintegração ocorra ainda durante o período de estabilidade.
- b) As empregadas que se tornarem mães, seja em razão do nascimento ou da adoção de crianças ou adolescentes, fazem jus à licença-maternidade, embora as adotantes não tenham direito à estabilidade provisória no emprego.
- c) Inexiste direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.
- d) A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art.10, inciso II, alínea b, do ADCT, mesmo na hipótese de admissão mediante vínculo de trabalho temporário regido pela Lei 6.019/1974.
- e) A incidência da estabilidade da gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa, de sorte que o

desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

76. Raimundo, fanático por futebol, para não perder nenhum jogo deste ano transmitido durante o horário de expediente, acertou com seu empregador que iria permanecer no local de trabalho, dedicando-se exclusivamente a assistir aos jogos. Nonato, concursando, também avençou com seu empregador que iria chegar até o local de trabalho uma hora mais cedo, para estudar antes do início do expediente. Francisco, por sua vez, gasta trinta minutos diariamente para trocar de roupa, antes e após o fim do expediente, mesmo não havendo obrigatoriedade de se realizar tal troca na empresa.

Nesta situação, a partir da atual redação da CLT, pode-se concluir que o período de tempo em que os empregados permanecem nestas atividades

- a) é considerado tempo à disposição do empregador, em todos os casos, pois trata-se de atividades desempenhadas dentro das dependências da empresa.
- b) é considerado tempo à disposição do empregador, na medida em que os empregadores concordaram com tais situações.
- c) não é considerado tempo à disposição do empregador, para Raimundo e Nonato, mas poderá ser computado como período extraordinário, no caso de Francisco.
- d) deve ser computado na jornada de trabalho, no caso de Francisco, caso o vestiário utilizado se situe dentro das dependências empresariais.
- e) não é considerado tempo à disposição do empregador, em nenhum dos casos, podendo o período de Raimundo ser compensado no mesmo mês mediante ajuste escrito ou tácito.

77. Em relação às regras celetistas e aos entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho relacionados à jornada de trabalho, assinale a alternativa correta:

a) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

b) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

c) A compensação aleatória de horários, conhecida como banco de horas, será admitida quando estabelecida mediante acordo individual escrito ou negociação coletiva, desde que tenha como limites, respectivamente, o interregno máximo de um mês ou de seis meses.

d) Não se considera submetido a trabalho em regime de tempo parcial aquele empregado que labora seis horas diárias, de segunda a sexta-feira.

e) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, em cada registro.

78. Em relação à prescrição trabalhista, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

a) Admite-se a ocorrência de prescrição intercorrente no processo do trabalho, no prazo de dois anos, inobstante não possa ser reconhecida de ofício, em atenção ao princípio da proteção.

b) A ação trabalhista, exceto que arquivada, interrompe a prescrição em relação a pedidos idênticos.

c) Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente

anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato.

d) Contra os menores de dezoito anos corre tão-somente o prazo de prescrição quinquenal.

e) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

79. Acerca dos prazos processuais é INCORRETO afirmar:

a) No caso de o recorrente alegar a existência de feriado local e não o comprovar no momento da interposição do recurso, cumpre ao relator conceder o prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício (art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015), sob pena de não conhecimento se da comprovação depender a tempestividade recursal.

b) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no dia subsequente.

c) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, em virtude de força maior, devidamente comprovada.

d) Aplica-se no processo do trabalho, inclusive nos processos eletrônicos, a duplicação dos prazos processuais quando os litisconsortes tenham advogados distintos.

e) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

80. Em relação às nulidades no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.
- b) A decretação de nulidade de determinado ato prejudicará todos os posteriores, ainda que dele não dependam ou sejam consequência.
- c) Serão considerados nulos os atos decisórios, quando declarada, ainda que ex officio, a nulidade fundada em incompetência de foro.
- d) O juiz ao pronunciar a nulidade de determinado ato, não precisará declarar os atos a que se estende a nulidade.
- e) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho haverá nulidade independente dos atos gerarem manifesto prejuízo às partes litigantes.

81. Roberval contrata uma empregada doméstica, Sra. Izildinha, para auxiliar a sua esposa nos afazeres domésticos. Insatisfeita com a relação laboral formada, a empregada resolver ingressar com Ação Trabalhista pleiteando diversas verbas não arcadas pelo empregador.

No entanto, na data designada para a audiência inaugural Roberval e Izildinha não compareceram a audiência.

Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista.
- b) Por se tratar de ausência de autor e réu, aplicar-se-á confissão ficta para ambas as partes.
- c) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, mas sem consequências para o autor.
- d) Ocorrerá o arquivamento da ação e condenação em litigância de má fé ao reclamado.
- e) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, e o julgamento com base nas regras de ônus da prova.

82. A respeito da competência material da Justiça do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- a) Foi ampliada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, assegurando à Justiça do Trabalho competência para julgar os crimes contra a organização do trabalho.
- b) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, mas não entre sindicatos e trabalhadores e muito menos entre sindicatos e empregadores.
- c) A Justiça do Trabalho tornou-se competente para o julgamento de todas as matérias relativas à execução das contribuições previdenciárias não recolhidas pelo empregador em face da relação laboral.
- d) Cabe à Justiça do Trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- e) A Justiça do Trabalho tornou-se competente para o julgamento de mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, ainda que o ato questionado não envolva matéria sujeita à sua jurisdição.

83. Sobre o procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:

- a) Somente é cabível recurso de revista por violação literal de disposição de lei federal.
- b) a apreciação da reclamação trabalhista deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
- c) É admissível a realização de prova técnica.
- d) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- e) Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

84. De acordo com as orientações jurisprudenciais e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes afirmativas:

I - No caso de tutela antecipada ou liminar concedidas antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

II - O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, transitando em julgado na data de sua homologação, na forma da jurisprudência do TST.

III - A alegação de incompetência absoluta necessita do prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO AMBIENTAL

85. Uma empresa pretende desenvolver uma determinada atividade de extração de produto vegetal em uma unidade de conservação de uso sustentável no município de Teresina. Foi realizado pedido de licenciamento ambiental perante a Secretaria do Meio Ambiente de Teresina – SEMAM. Após análise do pedido, a SEMAM exigiu que o empreendedor procedesse à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório como condição para o desenvolvimento da atividade considerando ser potencialmente causadora de significativo impacto ambiental à unidade de conservação. Nessa hipótese, a realização de audiência pública pela SEMAM:

- a) é obrigatória, em qualquer hipótese.
- b) é discricionária, em qualquer hipótese.

c) é obrigatória, se requerida pelo órgão ambiental estadual.

d) é discricionária como regra.

e) é obrigatória quando requerida pelo órgão ambiental federal competente.

86. Constitui instrumento da Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Teresina previsto expressamente na Lei 2.475/1996:

- a) o fundo municipal do meio ambiente.
- b) o incentivo econômico.
- c) o desenvolvimento de tecnologias verdes.
- d) o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- e) a criação de parques municipais.

87. A empresa XX desenvolve atividade de mineração no município de Teresina. A SEMAM emitiu licença ambiental para a prática de extração de minérios da classe 2, previamente autorizada pela Agência Nacional de Mineração, em área de 1 hectare em zona rural. Com o desenvolvimento da atividade, houve contaminação de afluentes do rio Parnaíba pelo despejo de rejeitos resultantes do desenvolvimento irregular da atividade, pois não atendeu às determinações contidas na licença de operação. Nesse caso, podemos afirmar que a responsabilidade administrativa pelo dano causado ao meio ambiente é:

- a) objetiva, baseada na teoria do risco presumido.
- b) objetiva, lastreada na teoria do risco integral.
- c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- d) subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.
- e) subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa da empresa quanto ao dano perpetrado.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

88. Quanto às regras de preservação e o tombamento do Patrimônio Cultural do Município de Teresina, definidas na Lei 3.602/2006, é correto afirmar que:

- a) só podem ser objeto de tombamento os bens imóveis localizados no Município de Teresina.
- b) os pedidos de tombamento devem ser analisados pela Secretaria do Meio Ambiente de Teresina – SEMAM a qual compete emitir parecer.
- c) o proprietário do imóvel a ser tombado deve ser notificado por escrito ou por outro meio que assegure a sua ciência do pedido de tombamento.
- d) o proprietário é obrigado a realizar o assentamento do tombamento no registro de imóveis.
- e) as edificações tombadas ficam isentas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação.

89. João é proprietário de um imóvel rural de 50 hectares de vegetação nativa no município de Teresina, no Estado Piauí, e pretende efetuar a supressão de vegetação para o plantio de feijão. A máxima quantidade permitida, de acordo com o Código Florestal, que poderá ser autorizada pela Secretaria do Meio Ambiente de Teresina – SEMAM, como regra, é de:

- a) 10 hectares
- b) 20 hectares
- c) 30 hectares
- d) 40 hectares
- e) 50 hectares

90. De acordo com o atual entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto aos temas relacionados ao meio ambiente, é correto afirmar que:

- a) a inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.

b) quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

c) as obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual à escolha do credor, mas não podem ser cobradas dos anteriores.

d) é admitida a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

e) prescreve em três anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

DIREITO URBANÍSTICO

91. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. A esse respeito, é correto afirmar:

a) O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas da zona rural.

b) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido abaixo do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

c) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

d) O plano diretor definirá os limites mínimos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infra-estrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.

e) Coeficiente de aproveitamento é a soma da área edificável e a área do terreno.

92. Com relação aos contratos regulados pela Lei nº 6.766/79, que trata sobre o Parcelamento do Solo, é correto afirmar:

a) São retratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

b) Os contratos de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de loteamento devem ser iniciados por quadro-resumo, que deverá conter, além de outras indicações, o número do registro do loteamento ou do desmembramento, a matrícula do imóvel e a identificação do cartório de registro de imóveis competente.

c) Admite-se, nos parcelamentos populares, a cessão da posse em que estiverem provisoriamente imitidas a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades delegadas, o que deverá ocorrer por instrumento público.

d) A alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado poderá ser feita diretamente pelo loteador, com aprovação pela Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, devendo ser depositada no Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original com a devida averbação.

e) A sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes rescindir os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma.

93. Com relação à desapropriação, é correto afirmar:

a) No processo judicial de desapropriação, da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado, e com ambos os efeitos, quando o for pelo expropriante.

b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa

indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

c) A desapropriação apenas efetiva-se mediante ação judicial, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

d) Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação, sendo vedada a eleição de câmara de mediação criada pelo poder público.

e) O poder público deverá notificar o proprietário sobre a desapropriação e apresentar-lhe oferta de indenização, devendo a notificação conter a informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado aceitação.

94. Com relação ao IPTU progressivo no tempo, é correto afirmar:

a) É válida a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva.

b) Decorridos 05 (cinco) anos sem o cumprimento da função social da propriedade, poderá o Município desapropriar o imóvel, com pagamento em dinheiro do principal e de eventuais benfeitorias.

c) A adoção do IPTU progressivo não encontra respaldo constitucional.

d) O valor anual da alíquota progressiva será instituído por meio de lei específica e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

e) O Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de dez anos consecutivos.

95. De acordo com a Lei 11.977/2009, é correto afirmar:

- a) Considera-se trabalhador rural a pessoa física que, em propriedade rural, presta serviços de natureza eventual a empregador rural, sem dependência deste e mediante salário.
- b) Considera-se requalificação de imóveis urbanos a aquisição de imóveis conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, excetuada a execução de obras e serviços necessários à modificação de uso.
- c) Considera-se grupo familiar a unidade nuclear composta por indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, com exceção da unipessoal.
- d) Considera-se imóvel novo a unidade habitacional com até 90 (noventa) dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada.
- e) Considera-se oferta pública de recursos o procedimento realizado pelo Poder Executivo federal destinado a prover recursos às instituições e agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação - SFH para viabilizar as operações de subvenção econômica ao beneficiário pessoa física de operações em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

96. Com relação ao mandado de segurança, é correto afirmar:

- a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

- b) Os representantes ou órgãos de partidos políticos não podem ser equiparados às autoridades coatoras, para fins de impetração de mandado de segurança.

- c) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

- d) A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração, nesse caso, caberá agravo, quando o indeferimento da inicial se der pelo juiz de primeiro grau.

- e) Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

97. Com relação à cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.

- b) A execução fiscal não poderá ser promovida contra o espólio, mas apenas contra os sucessores.

- c) A petição inicial deverá indicar as provas que a Fazenda Pública pretende produzir.

- d) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

- e) O valor da causa, na execução fiscal, será o da dívida constante da certidão, excetuados os encargos legais.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 18/01/20

98. Com relação à ação de improbidade administrativa, é correto afirmar:

- a) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- b) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de dez dias da efetivação da medida cautelar.
- c) As ações por ato de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- d) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- e) Não se aplica a intervenção móvel da Fazenda Pública na ação por ato de improbidade administrativa, mas apenas na ação popular.

99. Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- a) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- b) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- c) as ações de mandado de segurança.
- d) as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- e) causas cíveis de interesse dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

100. Com relação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) No caso de condenação em quantia certa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, sendo que se não ocorrer o pagamento voluntário nesse prazo, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- b) A Fazenda Pública será intimada obrigatoriamente na pessoa do seu representante, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- c) Havendo pluralidade de exequentes, eles poderão apresentar os seus demonstrativos em conjunto.
- d) Considera-se inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.
- e) O pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da sentença que julgar a impugnação à execução, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.



Estratégia

Carreira Jurídica